

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARCOS JESSÉ FERREIRA NUNES

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA PARA A
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS**

Sant'Ana do Livramento

2023

MARCOS JESSÉ FERREIRA NUNES

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA PARA A
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Altacir Bunde

Sant'Ana do Livramento

2023

MARCOS JESSÉ FERREIRA NUNES

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIAS DE RENDA PARA A
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Altacir Bunde

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 25 de janeiro de 2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Altacir Bunde
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Guilherme Howes Neto
UNIPAMPA

Prof. Dr. Jeferson Luis Lopes Goularte
UNIPAMPA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

N972i Nunes, Marcos Jessé Ferreira

A importância das políticas de transferências de renda
para a população de baixa renda de Sant'Ana do Livramento/RS
/ Marcos Jessé Ferreira Nunes.

41 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2023.

"Orientação: Altacir Bunde".

1. Programa de Transferência de Renda. 2. Programa Bolsa
Família. 3. Benefício de Prestação Continuada. 4. Famílias de
Baixa Renda. 5. Sant'Ana do Livramento. I. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu Deus por me guardar durante os anos da graduação, onde tive a oportunidade de conhecer pessoas e realidades que me trouxeram uma nova maneira de enxergar os problemas da sociedade, uma vez que esse foi o ensino de Cristo.

Agradeço aos meus pais, Eleunice Martins Ferreira e Pedro Aleixo Giribone Nunes, pelo privilégio que esses me proporcionaram de crescer sem precisar escolher entre trabalhar ou estudar, e pela dedicação deles em me apoiar em todo o tempo para que eu prosseguisse no caminho ao qual escolhi. Também agradeço a minha esposa, Maria Eduarda Costa Nunes, pelo amor e pelo cuidado comigo durante os últimos anos da graduação, onde vivemos uma pandemia e todos os dias me dá forças para me tornar um homem melhor.

Agradeço ao meu orientador, Professor Altacir Bunde, pois desde o início da escolha do tema da pesquisa foi meu apoiador da causa, sem importar o horário sempre esteve disposto a me auxiliar. Também agradeço ao servidor Dejalma Morais, por sempre receber os discentes na Unipampa com muita alegria.

Agradeço aos colegas que fizeram parte dessa caminhada, pois cada convivência gerou de alguma maneira um modo de me ajudar e não desistir.

RESUMO

As políticas de transferências de renda, são uma tentativa dos governos de resolver os problemas da desigualdade, onde poucos recebem muito e muitos recebem pouco ou quase nada. Diante disso, através de projetos do governo de garantir segurança alimentar, saúde, educação por meio de garantia de uma renda, criaram-se as políticas de transferência de renda, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Diante disso, essa pesquisa analisa a importância desses dois benefícios para a população beneficiada pelos programas em Sant'Ana do Livramento - RS. Em termos de metodologia, utilizou-se o método qualitativo. Como resultado, percebe-se que os programas amenizam as necessidades da população pobre, pois é uma forma de diminuir a desigualdade e garantir um mínimo de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de Transferência de Renda; Programa Bolsa Família; Benefício de Prestação Continuada; Sant'Ana do Livramento –RS;

ABSTRACT

Income transfer policies are an attempt by governments to solve the problems of inequality, where few receive much and many receive little or almost nothing. Therefore, through government projects to ensure food security, health, education through the guarantee of an income, income transfer policies were created, such as the Continued Benefit (BPC) and Bolsa Família Program (PBF). Therefore, this research analyzes the importance of these two benefits for the population benefited by the programs in Sant'Ana do Livramento - RS. In terms of methodology, the qualitative method was used. As a result, it is perceived that the programs mitigate the needs of the poor population, as it is a way to reduce inequality and ensure a minimum of citizenship.

KEYWORDS: Income Transfer Programs. Bolsa Família Program. Continued Benefit. Sant'Ana do Livramento -RS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BF – Bolsa Família

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PBF – Programa Bolsa Família

PCD – Pessoas com Deficiência

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PTR – Programa de Transferência de Renda

PRM – Programa de Renda Mínima

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Variação anual em percentual do número de PCD que recebem o BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.....	23
Gráfico 02- Variação anual em percentual do número de idosos que recebem o BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.....	24
Gráfico 03- Evolução do número de PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.....	25
Gráfico 04- Evolução dos valores pagos mensalmente a PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.....	27
Gráfico 05- Variação anual, em percentual, do número de pessoas que recebem o PBF no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jan. 2022.....	29
Gráfico 06- Evolução do número de famílias que recebem o PBF em Sant'Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a out. 2022.....	30
Gráfico 07- Evolução dos valores pagos mensalmente referente ao PBF e BPC em Sant'Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jan. 2022.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Número de PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant'Ana do Livramento - RS.....	22
Tabela 02- Evolução dos valores pagos mensalmente a PCDs e de Idosos que recebem o BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.....	26
Tabela 03- Número de famílias beneficiadas, valor total pago mensalmente e valor médio recebido por famílias que recebem o PBF em Sant'Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a out. 2022.....	28
Tabela 04- Número de pessoas beneficiadas com o PBF e BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a 2022.....	32
Tabela 05- Valor total repassados mensalmente referente ao PBF e BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jan. 2022.....	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivo Específico.....	14
3. JUSTIFICATIVA.....	15
4.METODOLOGIA.....	16
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	18
5. 1 Origem e desenvolvimento das políticas de transferências de renda (PTR) para a população de baixa renda no Brasil.....	18
5.2 Origens e desenvolvimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF).....	20
5.3 Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF): famílias contempladas e valores repassados para o município de Sant'Ana do Livramento - RS.....	22
5.3.1 Pessoas beneficiadas pelo BPC em Sant'Ana do Livramento – RS.....	22
5.3.2 Pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Sant'Ana do Livramento - RS.....	27
5.3.3 Total de famílias beneficiadas e valor total de recursos financeiros repassados mensalmente através do Programa Bolsa Família e do BPC, Sant'Ana do Livramento – RS.....	31
5.3.4 A importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) para a população de baixa renda do município de Sant'Ana do LivramentoRS.....	35
6.CONCLUSÃO.....	38
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Os programas de transferências de renda (PTR) foram criados no Brasil, como uma forma de diminuir a desigualdade entre a população, como uma forma de amparar a parcela da sociedade menos favorecida, uma vez que com rendas inferiores não podem garantir o mínimo para a subsistência, o que pode gerar menos estudantes nas escolas devido à falta de alimentação básica entre outros problemas oriundos da situação de pobreza (MEDEIROS et al, 2007).

O primeiro programa de transferência de renda, Programa de Renda Mínima (PRM), entrou em vigor no ano de 1991, encaminhado pela Lei Nº88 de 1991, onde o país passaria a receber a proposta elaborada pelo então senador Eduardo Suplicy, onde a população com 25 anos ou mais passaria a receber um benefício para auxiliar na renda, para quem possuía uma renda menor a CR\$45.000,00, na época equivalente a 2,5 salário mínimo. (SUPLICY, 2003)

Foi criado também o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no ano de 1996, para que o trabalho infantil fosse erradicado. Nesse caso, somente crianças que não fossem vinculadas ao programa menor aprendiz, e mais crianças pudessem obter a oportunidade de ter acesso à educação no lugar de arrumar um trabalho para levar dinheiro para suas famílias. Com esse programa, mais de meio milhão de crianças foram retiradas do trabalho e encaminhadas para dentro das salas de aula. Mais tarde o Programa foi incorporado ao Programa Bolsa Família (PBF). (GIAMBIAGI, 2008)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC,) entrou em vigor no ano de 1996, com a função de o indivíduo ser beneficiado durante toda sua vida, em casos de pessoas com algum tipo de deficiência crônica que impeça de trabalhar, e para os idosos a partir dos 65 anos ou mais, Lei Nº8.742, Art. 238 da CF/88. Para esses dois grupos, o benefício será concedido se a renda familiar *per capita* for menor ou igual a ¼ do salário mínimo. Nesses casos, o beneficiário também precisa estar cadastrado no CadÚnico e atender as exigências do programa, só assim o benefício é liberado. (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO,2018).

O PBF, criado em 2003, no governo do então presidente Luiz Inácio da Silva, unificou 5 programas de transferências de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Erradicação do Trabalho Infantil), segundo à Giambiagi (2008). A proposta da unificação desses 5 programas, era gerar um novo programa onde fosse possível diminuir a quantidade de crianças não matriculadas nas escolas, condições mínimas de alimentação, e que também passa a beneficiar mulheres ainda gestantes. Os beneficiários deverão estar em situação

de *renda per* (2003) de R\$ 60,00. No caso de gestantes, e com crianças e adolescentes, *renda per capita* de até R\$ 120,00 (valor de 2006) (MEDEIROS et al, 2007).

Todavia, o foco dessa pesquisa é a importância dos dois principais programas de transferência de renda: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). É preciso entender como estes dois programas de transferência de renda impactam a população de baixa renda no município de Sant’Ana do Livramento - RS. Enquanto metodologia, utilizou-se o método qualitativo, tendo como procedimento pesquisa bibliográfica e documental.

Como resultado, conforme dados da Secretaria de Gestão da Informação – SAGI, em Sant’Ana do Livramento – RS, em 2022, cerca de 12 mil famílias foram beneficiadas pelos programas de transferência de renda (BPC, PBF). Dentre eles estão idosos, pessoas com deficiência, que recebem o BPC e famílias que recebem do Programa Bolsa Família.

No que diz respeito a importância do o BPC e o PBF, pode-se afirmar que os mesmos são importantíssimos, seja para as famílias beneficiadas ou para o município, pois repassa mensalmente, no período atual, um volume de recursos financeiros de cerca de 10 milhões de reais. Estes recursos são injetados na economia do município através destas famílias contempladas pelos dois programas. Esses recursos impactam positivamente na renda dessas famílias, garantindo condições de sobrevivência e cidadania, já que esse é o papel do Estado.

2. OBJETIVOS

Nesta seção, são apresentados os objetivos gerais e específicos do projeto de pesquisa.

2.1 Objetivo Geral

Compreender a importância das duas principais políticas de transferências de renda: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) para a população beneficiada pelos programas no município de Sant'Ana do Livramento - RS.

2.2 Objetivo Específico

- a) Demonstrar a origem e desenvolvimento das políticas de transferências de renda para a população de baixa renda no Brasil.
- b) Descrever a origem e o desenvolvimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF).
- c) Compreender a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) para a população de baixa renda do município de Sant'Ana do Livramento - RS.

3. JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa busca demonstrar o quão importante é a existência de políticas de transferências de renda para a população pobre, uma vez que essa parcela da população mais vulnerável não possui condições econômicas para garantir suas necessidades básicas.

O motivo pelo qual eu me dispus a pesquisar o tema, deu início durante minhas jornadas de trabalhos e pelo convívio com pessoas que são beneficiadas por essas políticas de transferência de renda, onde eu pude conhecer mais a dor de famílias que recebem por necessidade, que é o caso do BPC, e famílias que também precisam por necessidade, mas almejam em algum momento não precisar mais da ajuda do governo, neste caso o PBF.

No Brasil, para se ter uma ideia da importância do BPC, em janeiro de 2022, segundo dados da Secretaria de Gestão da Informação – SAGI, do Ministério do desenvolvimento Social – MDS, 2.574.915 pessoas com deficiência (PCD), foram beneficiadas com o Programa. Também, no período, 2.163.417 pessoas idosas receberam o benefício. Somando os dois públicos, o BPC beneficiou um total de 4.738.332 pessoas.

Em Sant’Ana do Livramento - RS, em janeiro de 2022, segundo dados da SAGI – MDS, 1.757 (PCD) foram beneficiadas com o programa e, 2.299 idosos recebem o benefício, somando um total de 4.056 beneficiários do BPC em Sant’Ana do Livramento-RS. Estes benefícios equivalem a 4.056 salário mínimo mensal, que passou ao valor de R\$ 1.212,00 a partir de 1º de janeiro de 2022, o que totaliza um repasse mensal de R\$ 4.915.872, 00 por mês. Este valor de um salário mínimo que cada beneficiário recebe mensalmente, beneficia milhares de pessoas de forma direta e indireta, ajudando a aquecer a economia do município pois este recurso é gasto no próprio município.

No que diz respeito ao PBF, os dados mais recentes de beneficiários no Brasil, também retirados da SAGI/MDS de outubro de 2021, mostram que 14.654.783 famílias foram beneficiadas com o PBF. Em Sant’Ana do Livramento, em outubro de 2021, segundo dados da SAGI/MDS, 5.695 famílias foram beneficiadas pelo Programa.

Neste sentido, se faz necessário entender o impacto desses PTR no município de Sant’Ana do Livramento-RS, às suas funções e como elas acontecem. Outro fator importante dessa pesquisa, é a contribuição que ela poderá fornecer para o poder público, aos beneficiários que por muitas vezes não possuem total conhecimento de tais programas e de seus direitos, estimulando também pesquisas futuras sobre esse tema.

4. METODOLOGIA

A escolha de um método científico é um caminho para se chegar ao conhecimento de uma determinada realidade. Segundo Lakatos e Marconi (2003), método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Para a construção de uma pesquisa o método é o modo de se comportar durante um percurso. No estudo, os métodos estabelecem os principais mecanismos que apresentam em modos e descrevem de maneira organizada o meio de execução do pesquisador para atingir um propósito durante um caminho (FACHIN, 2006). Neste sentido, quando começamos a nos defrontar com um objeto de estudo, na medida em que se vai aproximando dele pelo processo de investigação, vai-se reconstruindo o seu processo: é isso que é a investigação.

Quanto a sua abordagem, a presente pesquisa tem caráter qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com um conjunto de elementos, tais como: significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a uma abordagem aprofundada das relações, dos fenômenos e dos diferentes processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. As pesquisas qualitativas buscam a objetivação do fenômeno, a hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar etc., com abordagem do global ao local.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica que tem por objetivo produzir novos conhecimentos, que podem ser úteis para o avanço da Ciência.

Quanto aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa explicativa que, de acordo com Gil (2007), preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, o que vem a ser um tipo de pesquisa que, através dos resultados oferecidos, explica o porquê das coisas. Ainda, segundo Gil (2007, p. 43), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Partindo dessas premissas, os procedimentos, ou caminho metodológico, percorrerá os seguintes passos: pesquisa teórica (bibliográfica) e pesquisa documental.

No que se refere a pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002, p. 32), afirma que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Segundo Gil (2007), na pesquisa bibliográfica, os exemplos mais característicos desse tipo de abordagem são investigações que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. Na pesquisa Bibliográfica dar-se-á ênfase nos seguintes autores: SOARES (2006); FERRARIO (2013); GIAMBIAGI (2001); MEDEIROS (2007); Entre outros.

Na pesquisa documental, de acordo com Fonseca (2002), está recorrendo a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, vídeos de programas de televisão etc. Na pesquisa documental serão pesquisados dados e informações que possam ajudar no encaminhamento da pesquisa bibliográfica. Para isso foi realizada pesquisas nos seguintes órgãos: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada; IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI; Ministério do desenvolvimento Social – MDS, entre outros.

A exposição dos resultados alcançados deu-se através da redação desse TCC na qual se buscou alcançar os objetivos propostos.

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5. 1 Origem e desenvolvimento das políticas de transferências de renda (PTR) para a população de baixa renda no Brasil.

As (PTR) são atuais em comparação com a proteção social, uma vez que essa existe desde meados de 1930 e que foi até meados de 1980, a partir disso a população contemplada era composta por pessoas que não possuíam renda em relação à previdência, e tais benefícios traziam uma visão de privilégio. (FLEURY, 2004)

Algumas políticas que antecedem as que foram incorporadas na CF/88 começam por volta de 1923, (CAPs) as Caixas de Aposentadorias e Pensões, existiu também o (Inamps) Instituto Nacional de Assistência Médica Previdenciária criado em 1977 e extinto em 1993, nesse período as transferências de renda se davam por meio público e pelo meio privado. (COHN, 2020)

A partir da CF/88, algumas delas como o BPC, foi implementado no ano de 1996, quando houve a base para a criação das políticas de transferências de renda no Brasil, de uma forma direta. Com isso, foi formado um sistema de proteção social brasileiro, o que proporcionou a criação de programas que ainda hoje são utilizados para a população no Brasil (SOARES; SÁTYRO 2010).

A década de 1990 foi levada por uma ascensão do neoliberalismo, onde foi deixado de lado o apoio às classes mais necessitadas de apoio por parte do governo, por conta de uma autossuficiência da gestão pública, onde transferir renda não era uma forma de fomentar a economia, mas ignorou as políticas sociais e por consequência o crescimento da miséria também foi ascendente. (FLEURY, 2004)

No início de seu mandato, FHC reintroduziu as políticas de transferências de renda, não por parte direta do estado, mas indiretamente estimulando a filantropia por parte das grandes empresas através do Programa Comunidade Solidária (PCS), o qual teve seu início no dia 1º de janeiro de 1995. Segundo Fleury (2004), o termo política social foi substituído por programas sociais, uma forma de intervir quanto à pobreza, e a miséria deixada pelos governos que o antecederam.

Um experimento das políticas de transferências de renda, segundo Soares e Sátyro (2010), aconteceu por algumas partes do país.

“[...] o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em Campinas, que teve início em março de 1995; O Bolsa Familiar para Educação, no Distrito Federal, que teve início em maio de 1995; e o Programa de Garantia de

Renda Familiar Mínima, de Ribeirão Preto, que teve início em dezembro de 1995 (SOUZA; FONSECA, 1997; SILVA et al, 2004, apud SOARES e SÁTYRO, 2010).

Com a criação do benefício de prestação continuada, a população idosa, a qual por muitas vezes não possuía sequer uma fonte de renda, por não contribuir com a previdência. Também pessoas que possuíam algum tipo de deficiência sem qualquer tipo de renda por parte da família, tiveram a chance de ter uma segurança que as permitam não permanecer na linha de extrema pobreza (FERRARIO, 2013).

Também criado no ano de 1996, o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) foi formado com o intuito de transferir renda para as famílias que possuíssem a faixa etária dos 7 aos 15 anos, que trabalhassem em lugares de risco na execução de suas atividades, fossem elas canaviais, carvoarias ou mesmo sisais.

Nesse mesmo intuito, os municípios também recebiam parte das verbas, com destino para a ampliação da participação de crianças e adolescentes nas escolas ou atividades as quais pudessem participar em suas horas livres e não estar em ambiente de trabalho.

O montante que as famílias recebiam do programa, era de R\$25,00 para famílias do meio rural e R\$40,00 para famílias do meio urbano, e como condicionalidade as crianças beneficiadas necessariamente precisavam de 75% de frequência escolar para a manutenção mensal do programa. (SOARES et al, 2006)

Outros programas também criados na intenção de aumentar o gasto público e aprimorar programas anteriores aos de FHC

“O Bolsa-Escola, do Ministério de Educação, que em 2002 garantia benefícios às famílias com crianças na escola, na época correspondentes a R\$15 mensais por criança, até o limite de três crianças (R\$45/mês) e que no final do governo beneficiava 5 milhões de famílias. O Bolsa-Renda, do Ministério da Integração, foi dirigido a aproximadamente 2 milhões de famílias pobres das regiões que enfrentavam o problema da seca. O Bolsa-Alimentação, a cargo do Ministério da Saúde, que atendia a 1 milhão de gestantes/ano na fase de amamentação. O Auxílio Gás, do Ministério das Minas e Energia, que previa a doação, em 2002, de R\$8 mensais, beneficiando 9 milhões de famílias para subsidiar o custo do botijão. (GIAMBIAGI et al, 2011).

Por isso, no próximo capítulo abordaremos a origem dessas políticas de transferências de renda, pois seu início se deu pela necessidade de suprir a carência que a população de baixa renda passava, sendo por muitas vezes deixada como segundo plano e terminando na miséria.

5.2 Origens e desenvolvimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF).

Conforme foi abordado no capítulo anterior, os programas de transferências de renda funcionam como um mecanismo de defesa da população de baixa renda quanto às dificuldades financeiras encontradas mediante a inúmeros problemas que levam a pobreza e a miséria.

A partir disso o BPC, que foi previsto na constituição federal de 1988, é a transferência de renda sem condicionalidades e não depende se houve contribuição para a previdência para pessoas com 65 anos ou mais, e para pessoas que possuem algum tipo de deficiência e que não sejam aptas a trabalhar e não tenha a possibilidade de ser independente da família. A renda *per capita* da família deve ser de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Ainda quanto às pessoas com algum tipo de deficiência, essas devem passar por um médico perito para avaliar se realmente existe a impossibilidade de exercer qualquer tipo de atividade com fim de remuneração e se existe dependência da família, sendo necessário que se faça uma perícia a cada 10 anos (SOARES et al, 2006).

Segundo Medeiros (2007), as famílias que possuem renda superior ao determinado pelo programa, podem receber o BPC por meio de decisão judicial, uma vez que em caso da renda *per capita* não ser o suficiente para a subsistência familiar, seja por conta de remédios ou qualquer outro gasto que traga alguma dificuldade financeira para a família, por isso a decisão fica a critério da justiça nesses casos.

Quanto ao PBF, precisamos entender de onde ele surge e qual a diferença dele para os outros programas que o antecederam, uma vez que ele substituiu 5 programas que previam beneficiar em grande parte jovens que por muitas vezes precisavam abandonar os estudos para que pudessem trabalhar e ajudar suas famílias (Ferrario, 2013).

O primeiro programa incorporado ao PBF foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que foi apresentado na seção 5.1 O Bolsa-Escola criado no ano de 2001, beneficiou crianças da faixa etária dos 6 aos 15 anos, onde a renda *per capita* deveria estar abaixo de R\$90,00 e o benefício era de R\$15,00 por criança, podendo no máximo beneficiar 3 crianças, quanto a condicionalidade era uma frequência escolar de 85%.

O Bolsa-Alimentação, também criado em setembro de 2001, foi criado pelo ministério da saúde, com a finalidade de beneficiar famílias que possuíam uma insegurança alimentar, o que poderia trazer uma perda na qualidade do aprendizado das crianças. As condicionalidades do programa se davam pela faixa etária de crianças dos 0 aos 6 anos, onde a renda *per capita* deveria ser de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$130,00 em 2004) o valor era de R\$15,00 por criança,

atendendo no máximo 3 crianças, alcançando no máximo a renda de R\$45,00 e o cartão de vacina das crianças deveria estar em dia sem faltar com as vacinas para que fosse feita a manutenção do benefício.

O Auxílio Gás, criado em dezembro de 2001, foi um meio de compensar as famílias depois da extinção do subsídio ao gás de cozinha por parte do governo, o mesmo seguia as mesmas regras do Bolsa-Escola, porém esse não levava em consideração a renda que se tinha a partir de outros programas de transferência de renda do governo, não existia condicionais para este programa somente era restrito às famílias que possuíam o cadastro único, e o valor do benefício era de R\$7,50 pagos bimestralmente, e o responsável era o ministério de minas e energias.

E por último, o Cartão-Alimentação do Fome Zero, criado em 2003, que previa uma transferência de R\$50,00 para famílias que recebessem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o prazo desse programa era de 6 meses, podendo se estender até 18 meses, conforme a necessidade da família, uma vez que o plano do programa bolsa família já estava em discussão e em breve poderia ser lançado. (SOARES et al, 2006)

Quando o PBF foi lançado em outubro de 2003 ele acoplou todos os programas citados nos parágrafos anteriores, onde pautou sérios problemas que as famílias passavam e fez disso um único programa com o propósito de auxiliar em várias partes das demandas das famílias, considerando insegurança alimentar, a saúde e educação, e tudo isso dentro de um único programa para a erradicação da fome no país. (SILVA, 2013).

O governo entrou em parceria com outros agentes da economia, incluindo a caixa econômica federal, que por meio desta foi criado o cartão do programa bolsa família, a sua condicionalidade se dá por ter o cadastro único, onde as famílias passam por um processo de seleção onde existe a vistoria dos CRAS que faz o papel do agente que fiscaliza a real necessidade dessas famílias.

Dentro do PBF existem três tipos de benefícios: o básico, a variável e o variável vinculado ao adolescente. O benefício básico contemplava famílias com uma renda *per capita* de até R\$60,00 e o valor do benefício era de até R\$62,00, quando criado, em 2003. O benefício variável contemplava famílias com uma *per capita* de até R\$120,00 por pessoa, podendo pagar R\$20,00 como forma de auxiliar essas famílias, podendo contemplar no máximo R\$60,00 (Ou seja, R\$15,00 por criança na família). Já o benefício variável vinculado ao adolescente, contemplava no valor de R\$30,00 para as famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, e em plena frequência na escola, e o máximo que essa família pode receber é de R\$60,00 (Ou seja, no máximo 2 jovens poderiam ser contemplados com essa forma do auxílio).

Os benefícios variam entre todas as formas de pagamento dos R\$20,00 até os R\$182,00, conforme as rendas que as famílias possuem, a quantidade de crianças por família e a faixa etária dos 0 até os 17 anos (dados de 2006) (COTTA, 2009).

5.3 Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF): famílias contempladas e valores repassados para o município de Sant’Ana do Livramento - RS.

5.3.1 Pessoas beneficiadas pelo BPC em Sant’Ana do Livramento – RS

Nesta seção serão apresentados os dados das pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em Sant’Ana do Livramento – RS, de janeiro de 2004 a junho de 2022, sendo essas em duas categorias: a) Pessoas com Deficiências (PCD), e b) Idosos, bem como os valores recebidos e a evolução do número de beneficiários a partir de 2004.

Tabela 01 - Número de PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant’Ana do Livramento-RS.

Ano	PCD	Idosos	Total
2004	493	900	1.393
2005	542	1.246	1.788
2006	607	1.389	1.996
2007	669	1.542	2.211
2008	777	1.703	2.480
2009	975	1.921	2.896
2010	1.154	2.109	3.263
2011	1.308	2.219	3.527
2012	1.405	2.234	3.639
2013	1.453	2.275	3.728
2014	1.549	2.294	3.843
2015	1.597	2.296	3.893
2016	1.656	2.304	3.960
2017	1.690	2.264	3.954
2018	1.719	2.268	3.987
2019	1.770	2.261	4.031
2020	1.773	2.215	3.988
2021	1.727	2.259	3.986
2022	1.757	2.299	4.056
jun/22	1.724	2.291	4.015

Fonte: SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de junho de 2022.

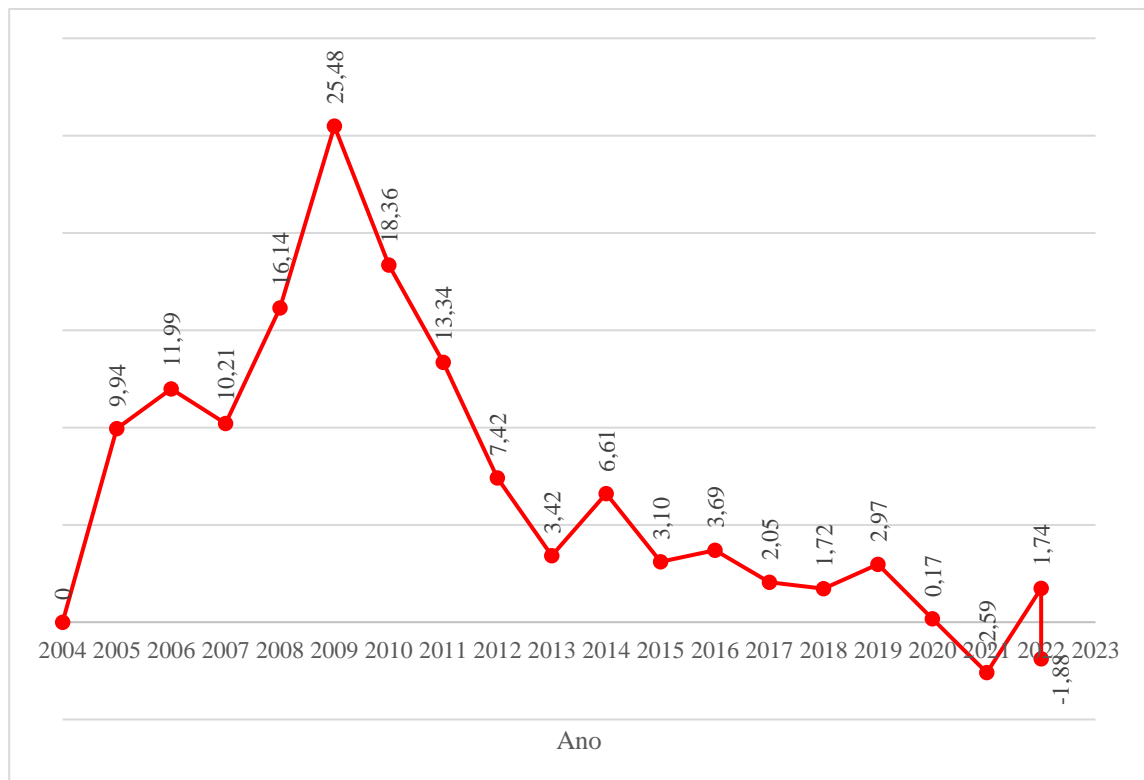
Ao analisar os dados apresentados na Tabela 01, é possível identificar um aumento quantitativo no número de pessoas beneficiadas pelo BPC no município, sendo quase sempre o

dobro de idosos em relação ao número de PCD. Ainda, segundo os dados do SAGI/MDS, o aumento do número de PCDs que recebem o benefício, de jan/2004 em comparação ao mês de jun/2022, foi de 188,22%, em Sant’Ana do Livramento - RS.

No entanto, cabe destacar que em alguns anos o crescimento foi mais acelerado, conforme pode ser observado no Gráfico 01, especialmente entre os anos de 2004 e 2009. Após este período, houve crescimento, mas com queda no ritmo até o ano de 2013. A partir daí o crescimento foi mais lento, com queda a partir do ano de 2020.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão sobre as causas da redução desse número a partir de 2020, mas tudo indica que a diminuição no número de PCDs beneficiadas, se deu em função da Pandemia da Covid-19, quando foram suspensas o atendimento presencial e as perícias médicas junto à agência do INSS

Gráfico 01 – Variação anual em percentual do número de PCD que recebem o BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, 2004 a jun.2022.

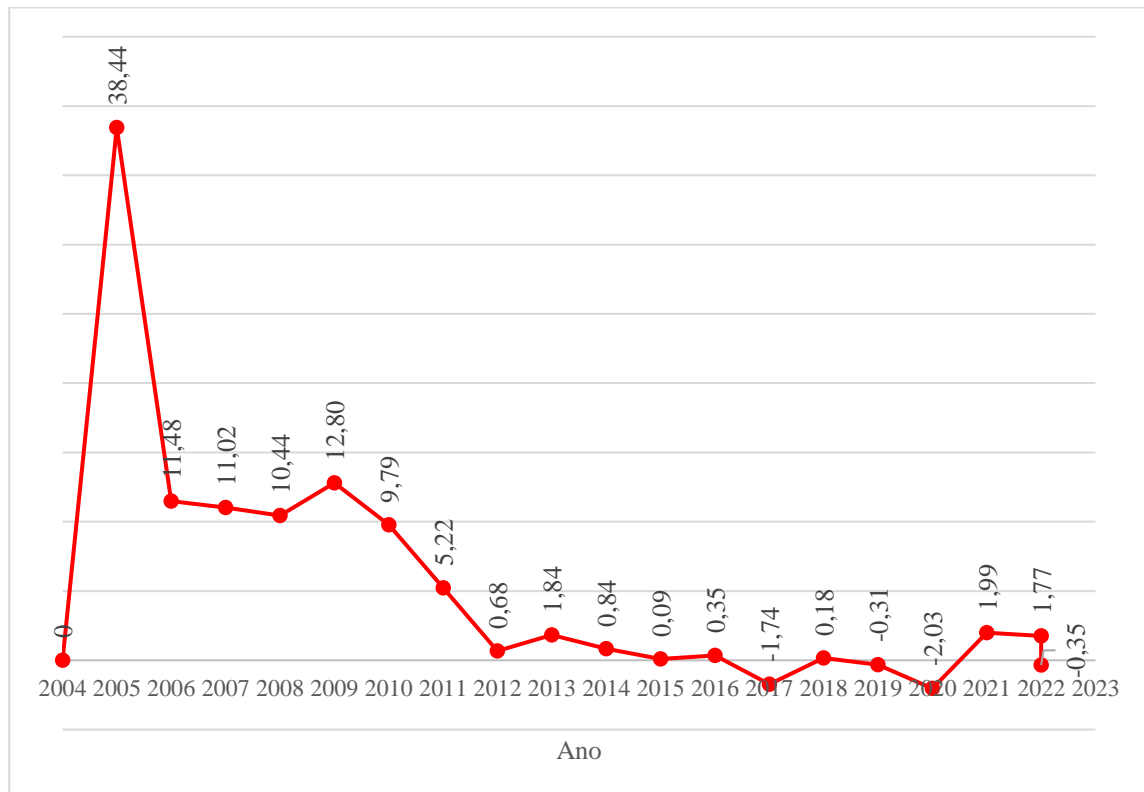


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

Já no que se refere a variação anual em percentual do número de idosos que recebem o BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, de 2004 a jun.2022, observa-se que o grande crescimento aconteceu do ano de 2004 para 2005, quando o crescimento foi de 38,44%.

No período de 2006 a 2010, o crescimento se manteve estável, com um aumento anual em média de 10%, conforme pode se observar no Gráfico 02. A partir daí houve uma redução no percentual de crescimento até o ano de 2012, quando a partir de então o crescimento foi baixo, inclusive com redução nos anos de 2017, 2019, 2020 e 2022.

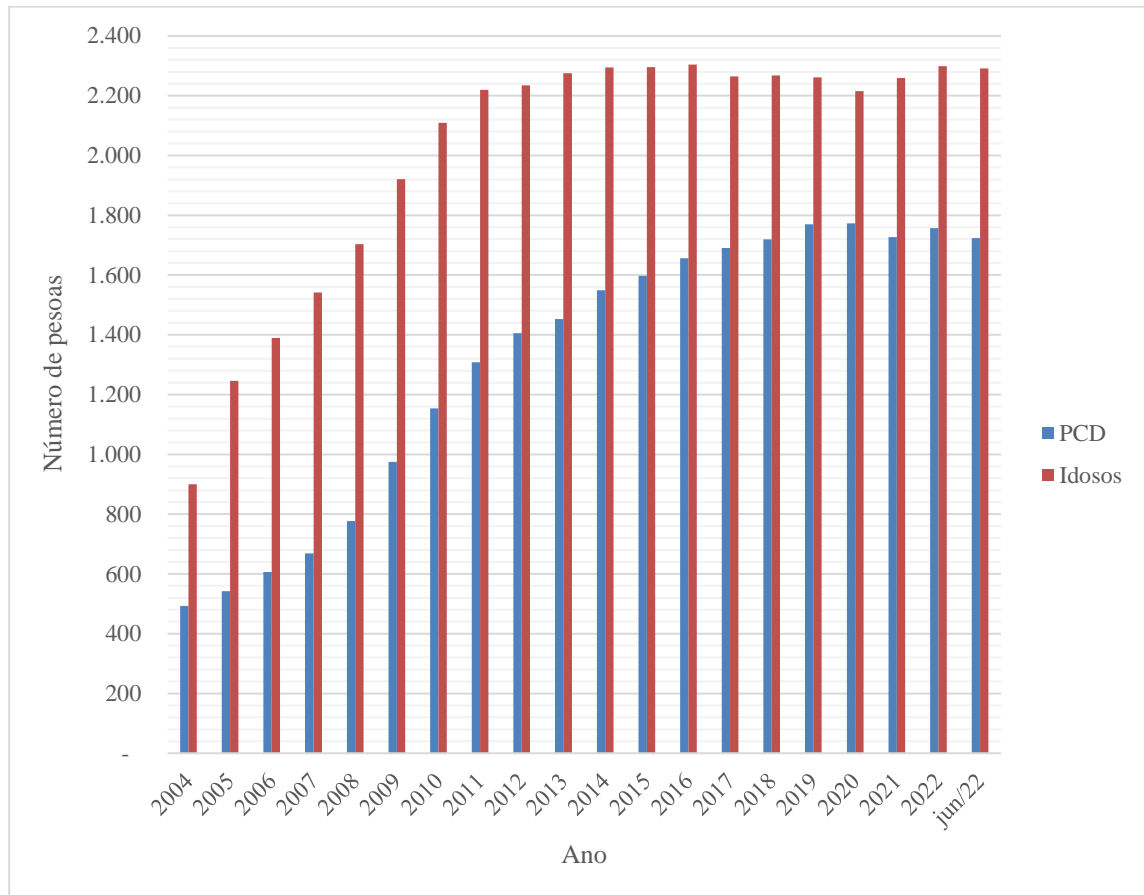
Gráfico 02 – Variação anual em percentual do número de idosos que recebem o BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, 2004 a jun.2022.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

De uma forma geral, conforme pode ser visualizado no Gráfico 03, ocorreu um aumento constante e proporcional entre idosos somente até o ano de 2015. Posteriormente, este número se manteve estável, inclusive com queda em alguns anos. No Gráfico 03, pode-se observar a evolução do número de PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant’Ana do Livramento – RS, 2004 a 06/2022.

Gráfico 03 – Evolução do número de PCDs e de Idosos que recebem o BPC em Sant’Ana do Livramento – RS, 2004 a 06/2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de junho de 2022.

No que diz respeito aos valores repassados às pessoas beneficiadas pelo BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, conforme dados da Tabela 02, o crescimento seguiu no mesmo patamar em que o número de beneficiários ia crescendo. Cabe destacar que cada beneficiário recebe o valor de um salário mínimo mensal que no ano de 2022 foi de R\$1.212,00.

Para se ter uma ideia da importância destes recursos do BPC para as famílias beneficiadas, em janeiro de 2022, foram repassados um total de R\$4.149.771,98, segundo dados da SAGI/MDS, ou seja, mais de 4.000 mil salário-mínimo mensal. Se pegarmos o valor total e multiplicarmos pelos 12 meses este valor chega a R\$58.423.459,08. Ou seja, o valor chega próximo aos 60 milhões de reais anualmente.

É importante destacar que o aumento de valores entre Idosos e PCDs são próximos nos últimos anos, uma vez que o aumento de PCD que recebem o benefício vem aumentando de

forma gradual e vem se aproximando dos valores referentes ao número de idosos. Na Tabela 02, pode-se visualizar a evolução dos valores pagos mensalmente a PCDs e de idosos através do BPC em Sant'Ana do Livramento - RS.

Tabela 02 – Evolução dos valores pagos mensalmente a PCDs e de idosos que recebem o BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a jun. 2022.

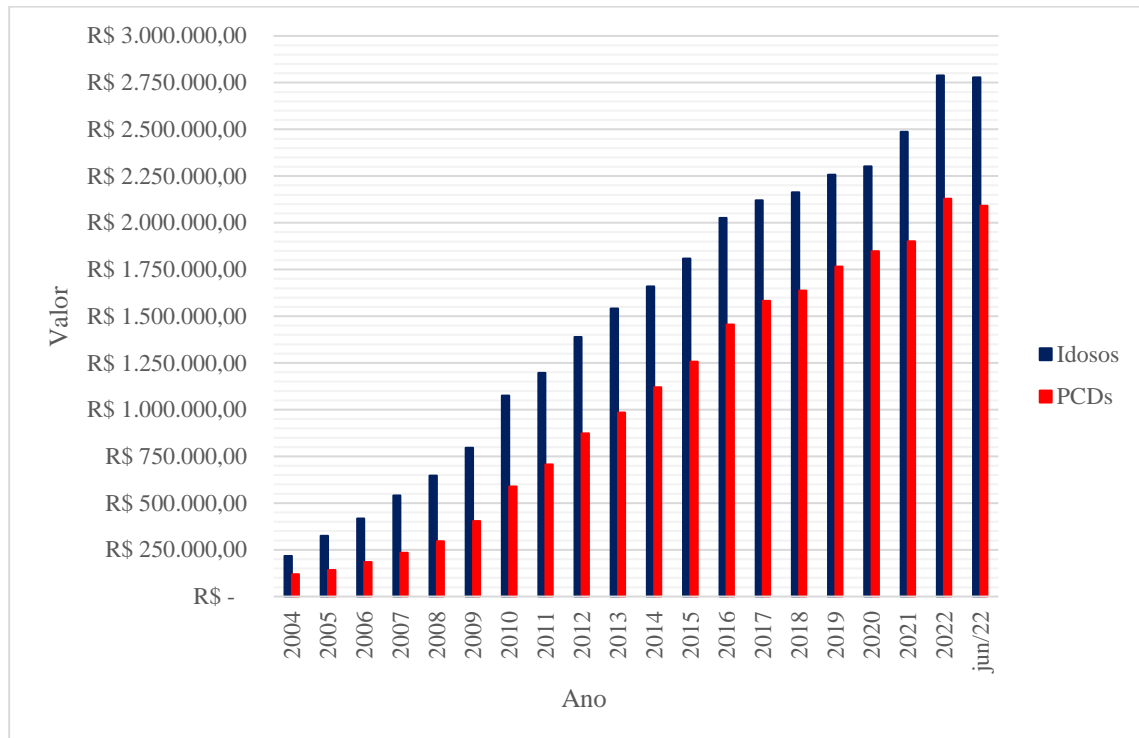
Ano	Idosos	PCD	Total
01/2004	R\$216.299,61	R\$118.647,92	R\$334.947,53
01/2005	R\$324.576,58	R\$141.300,52	R\$465.877,10
01/2006	R\$417.550,64	R\$184.080,78	R\$601.631,42
01/2007	R\$541.089,21	R\$234.785,87	R\$775.875,08
01/2008	R\$646.859,40	R\$295.243,40	R\$942.102,80
01/2009	R\$796.696,55	R\$404.604,70	R\$1.201.301,25
01/2010	R\$1.075.053,00	R\$588.514,80	R\$1.663.567,80
01/2011	R\$1.197.678,00	R\$706.299,60	R\$1.903.977,60
01/2012	R\$1.388.882,26	R\$873.077,38	R\$2.261.959,64
01/2013	R\$1.541.112,36	R\$984.024,82	R\$2.525.137,18
01/2014	R\$1.659.477,24	R\$1.119.565,52	R\$2.779.042,76
01/2015	R\$1.807.998,64	R\$1.256.365,24	R\$3.064.363,88
01/2016	R\$2.026.156,80	R\$1.454.992,00	R\$3.481.148,80
01/2017	R\$2.119.938,71	R\$1.582.021,90	R\$3.701.960,61
01/2018	R\$2.163.183,02	R\$1.637.246,00	R\$3.800.429,02
01/2019	R\$2.257.487,76	R\$1.766.462,29	R\$4.023.950,05
01/2020	R\$2.301.389,29	R\$1.848.382,69	R\$4.149.771,98
01/2021	R\$2.487.100,00	R\$1.900.800,00	R\$4.387.900,00
01/2022	R\$2.787.600,00	R\$2.129.485,40	R\$4.917.085,40
06/2022	R\$2.777.907,52	R\$2.090.714,07	R\$4.868.621,59

Fonte: SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de junho de 2022.

No que diz respeito ao crescimento dos valores repassados, no Gráfico 04, observa-se que o crescimento referente aos recursos financeiros do BPC para pessoas beneficiadas em Sant'Ana do Livramento – RS, é constante. Cabe destacar que, este crescimento constante, se dá em função do valor do salário mínimo ser reajustado anualmente, desde o ano de 2004. Outro fator a ser destacado é que o número de pessoas idosas beneficiadas com o BPC, até o momento, é superior ao das PCDs e, por este motivo, os recursos financeiros repassados a pessoas idosas, também é superior.

Gráfico 04 – Evolução dos valores pagos mensalmente a PCDs e de idosos que recebem o BPC em Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jun/2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de junho de 2022.

Diante dos dados apresentados anteriormente, percebe-se a importância do BPC, seja para as pessoas beneficiadas como para o município, pois são cerca de R\$ 4.149.771,98 que, mensalmente, chega ao município por meio desta política pública de transferência de renda beneficiando mais de 4 mil pessoas diretamente.

5.3.2 Pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Sant’Ana do Livramento - RS

Como apontado anteriormente, o PBF foi lançado em outubro de 2003 na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da unificação de todos os programas anteriores. Em Sant’Ana do Livramento - RS, o Programa Bolsa Família contempla uma grande quantidade de famílias superior, inclusive, ao do BPC, como pode ser visualizado na Tabela 03.

Tabela 03 – Número de famílias beneficiadas, valor total pago mensalmente e valor médio recebido por famílias que recebem do Programa Bolsa Família – Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a out. 2022.

Ano	Famílias Beneficiárias	Valor total pago R\$1,00	Valor médio pago por família
01/2004	680	R\$ 54.360,00	R\$ 79,94
01/2005	2.420	R\$ 158.622,00	R\$ 65,55
01/2006	4.347	R\$ 275.487,00	R\$ 63,37
01/2007	5.524	R\$ 372.556,00	R\$ 67,44
01/2008	5.428	R\$ 444.454,00	R\$ 81,88
01/2009	5.321	R\$ 490.582,00	R\$ 92,20
01/2010	6.185	R\$ 623.331,00	R\$ 100,78
01/2011	6.526	R\$ 654.725,00	R\$ 100,33
01/2012	6.557	R\$ 797.570,00	R\$ 121,64
01/2013	7.061	R\$ 926.226,00	R\$ 131,17
01/2014	6.579	R\$ 861.766,00	R\$ 130,99
01/2015	5.510	R\$ 773.059,00	R\$ 140,30
01/2016	5.081	R\$ 664.353,00	R\$ 130,75
01/2017	4.263	R\$ 579.971,00	R\$ 136,05
01/2018	4.527	R\$ 659.227,00	R\$ 145,62
01/2019	4.334	R\$ 700.716,00	R\$ 161,68
01/2020	4.141	R\$ 702.727,00	R\$ 169,70
01/2021	4.841	R\$ 858.594,00	R\$ 177,36
01/2022	6.721	R\$ 1.345.806,00	R\$ 200,24
10/2022	8.394	R\$ 5.085.701,00	R\$ 605,87

Fonte: SAGI/MDS

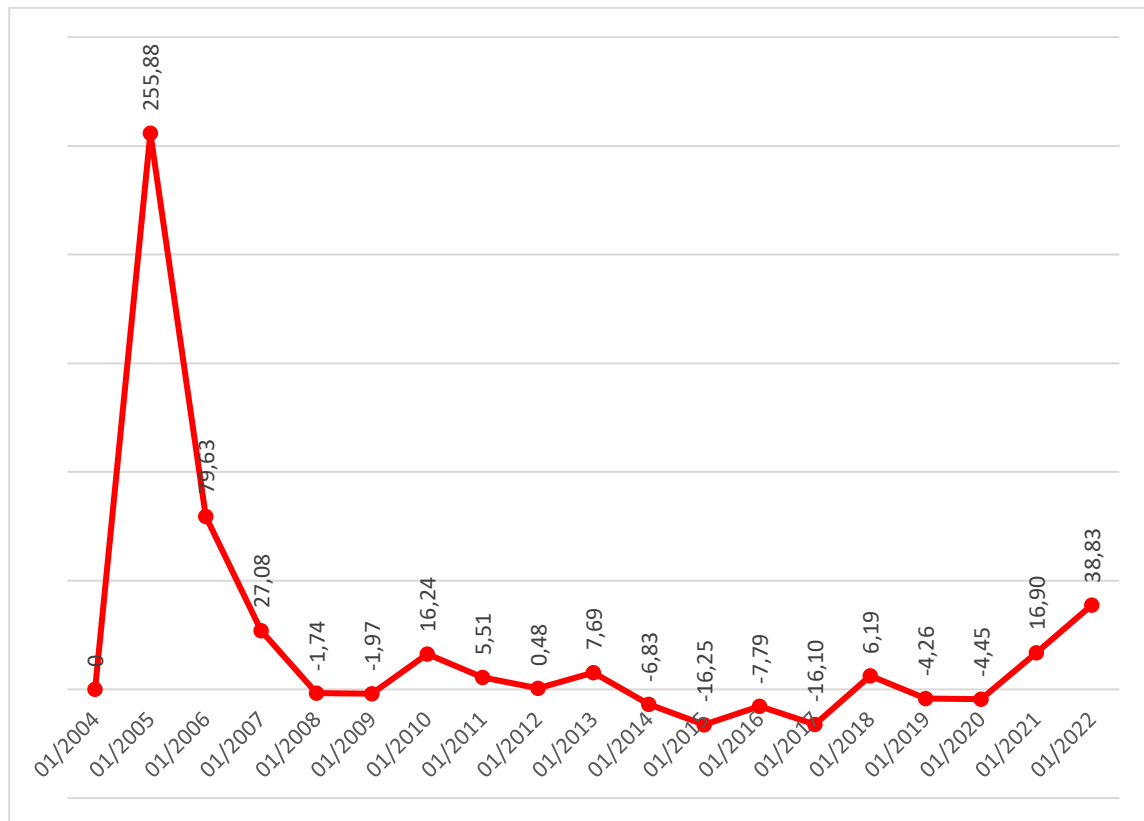
Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de outubro de 2022.

Na Tabela 03, pode-se observar o aumento gradual do número de beneficiários do programa bolsa família em Sant’Ana do Livramento – RS. Percebe-se o aumento constante desde o início do programa, em 2004, até o ano de 2014, quando alcançou 10 anos de programa começa um processo de diminuição de beneficiários.

Essa diminuição no número de beneficiários acontece quando o país passa por uma desvalorização da moeda Real, e as populações de maior renda em estados com maior renda *per capita* passam a consumir produtos na cidade de Rivera/UY que faz fronteira com Sant’Ana do Livramento, aumentando os níveis de emprego e, conseqüentemente, diminuindo a necessidade de utilizar benefícios sociais de transferência de renda.

Já em relação ao aumento de beneficiários e o aumento da renda recebida nos anos pandêmicos de Covid-19, vem de encontro a insegurança alimentar que assolou as populações de baixa renda. Uma vez que essa população assistida pelo estado teve a possibilidade de manter minimamente a qualidade alimentar nos anos de crise, o que foi possível com a agregação do Auxílio Emergencial ao PBF.

Gráfico 05 – Variação anual, em percentual, do número de pessoas que recebem o PBF no município de Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jan.2022.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

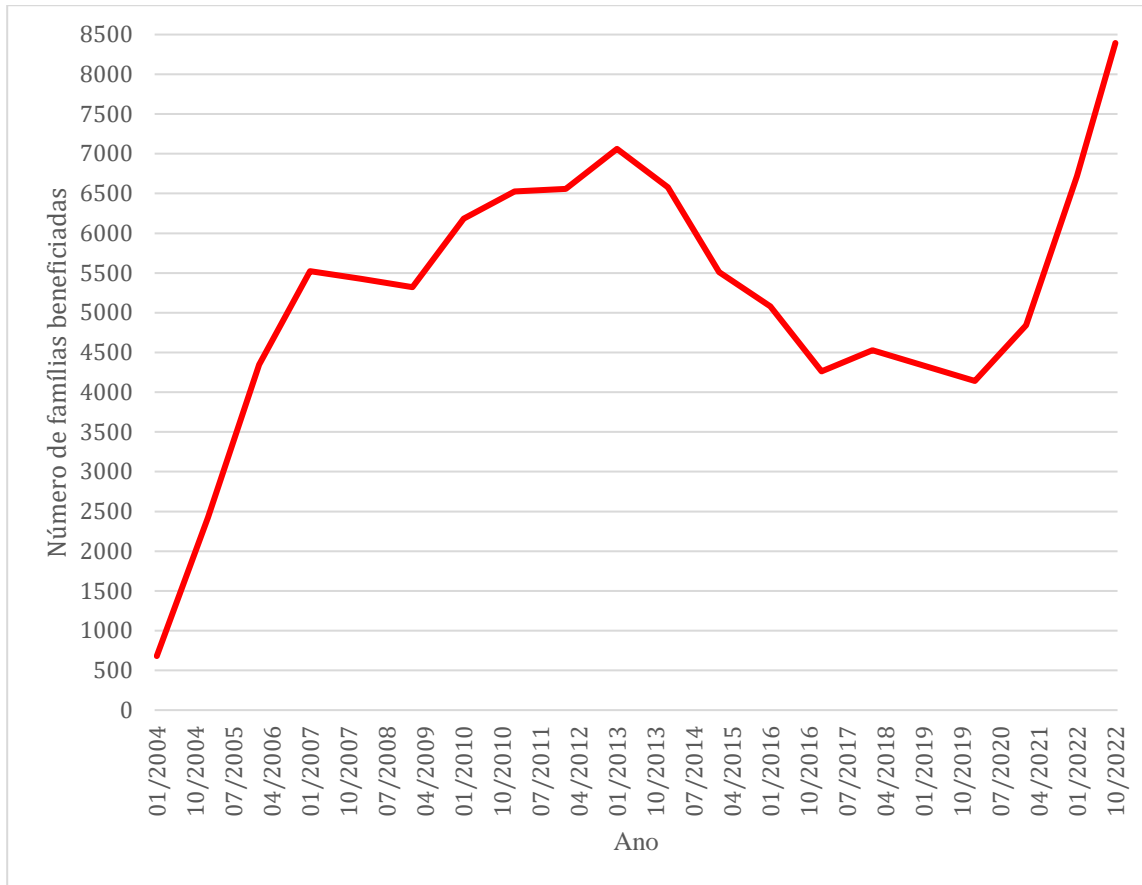
No Gráfico 05, podemos observar variações no número de beneficiários do PBF, quando logo no início do programa, nos dois primeiros anos, temos um grande aumento de beneficiários, uma vez que existia um número grande de pessoas não assistidas por políticas sociais. Porém, a partir do terceiro ano do programa ocorre leves variações de diminuições e aumentos o que se estende dos anos de jan/2006 até jan/2010, quando houve uma troca de governo. No primeiro ano do governo Dilma (2011 – 2014) já ocorria uma desaceleração no número de beneficiários, isso vai até o ano de jan/2016, quando acontece o golpe contra a então presidente Dilma, e proporciona uma pequena variação no número de beneficiários.

Em janeiro de 2018, ano de eleição, o número de beneficiários cresce, se prolongando até o ano de jan/2019 até o início da crise sanitária da Covid-19, em março de 2020, quando o número de beneficiários do PBF aumenta, chegando a mudar o nome do programa para Auxílio Emergencial e depois Auxílio Brasil.

O PBF aumentou muito na cidade de Sant’Ana do Livramento - RS devido à grande perda de empregos em função da crise econômica do país e a pandemia da Covid-19, quando as pessoas

perderam sua renda. No Gráfico 06, pode-se observar a evolução do número de famílias que recebem do Programa Bolsa Família em Sant’Ana do Livramento – RS, de jan. 2004 a 10/2022.

Gráfico 06 - Evolução do número de famílias que recebem do Programa Bolsa Família em Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a 10/2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano, com exceção de junho de 2022.

Ainda sobre os números de famílias analisados na Tabela 03, é possível ver no Gráfico 06 o movimento da curva com algumas alterações desde o início do programa, quando atingiu o pico, em janeiro de 2013. A partir deste ano, ocorreu uma diminuição do número de beneficiários do PBF no município. No entanto, a partir de 2020, quando começa a crise sanitária da Covid-19, o número de pessoas contempladas com o PBF voltou a crescer em larga escala, superando, inclusive, os números históricos de janeiro de 2013, chegando em outubro de 2022 a 8.394 famílias contempladas. Para se ter uma ideia deste crescimento, de janeiro de 2020 a outubro de 2022, o crescimento foi de 102,70%. Ou seja, o número mais que dobrou em

pouco mais de 2 anos. Além da pandemia, problemas de natureza econômica do país podem ter contribuído para este aumento.

Diante dos dados apresentados anteriormente, percebe-se a importância do PBF, seja para as pessoas beneficiadas como para o município, pois somente em outubro de 2022 foram R\$ 5.085.701,00 que chegou ao município por meio desta política pública de transferência de renda beneficiando mais de 8.394 mil famílias diretamente.

5.3.3 Total de famílias beneficiadas e valor total de recursos financeiros repassados mensalmente através do Programa Bolsa Família e do BPC, Sant'Ana do Livramento – RS

Nessa seção é feita a análise em conjunto sobre o PBF e BPC, fazendo a correlação da importância desses dois benefícios e o quanto são importantes em conjunto para as famílias beneficiadas e para a economia do município de Sant'Ana do Livramento - RS. Na Tabela 04, apresenta-se a evolução do número de pessoas beneficiadas com o PBF e BPC no município de Sant'Ana do Livramento – RS, 2004 a 2022.

Na Tabela 04, pode-se observar o crescimento de famílias beneficiadas pelo PBF e BPC na cidade de Sant'Ana do Livramento - RS onde, até o ano de 2021, o número de beneficiários do PBF esteve um pouco à frente do número de beneficiários do BPC, mas com a crise econômica do país e a sanitária da Covid-19 a situação econômica das famílias se agravou, fazendo com que a quantidade de famílias que necessitam ser assistidas pelo PBF mais que dobrou nos dois últimos anos.

No ano de 2020 o governo federal facilitou o ingresso no BPC para pessoas que estavam com cadastros irregulares, e novos beneficiários por meio de aplicativos de celular, ligações pelas centrais de atendimento e atendimento presencial mesmo com as restrições que a cidade passava, o mesmo aconteceu para o PBF. Os CRAS – Centros de Referência Especializado em Assistência Social, foram de extrema importância na corrida para conseguir assegurar novos beneficiários do PBF e mesmo do BPC, onde o PBF que passou por uma troca de nomenclatura e passou a se chamar Auxílio Brasil, era possível fazer o cadastro por aplicativos de celular ou pelo CRAS, e isso garantiu o ingresso de novos beneficiários para os programas.

Tabela 04 – Número de pessoas beneficiadas com o PBF e BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, 2004 a 2022.

Ano	Famílias Beneficiárias PBF	Pessoas beneficiadas BPC	Total PBF + BPC
01/2004	680	1.393	2.073
01/2005	2.420	1.788	4.208
01/2006	4.347	1.996	6.343
01/2007	5.524	2.211	7.735
01/2008	5.428	2.480	7.908
01/2009	5.321	2.896	8.217
01/2010	6.185	3.263	9.448
01/2011	6.526	3.527	10.053
01/2012	6.557	3.639	10.196
01/2013	7.061	3.728	10.789
01/2014	6.579	3.843	10.422
01/2015	5.510	3.893	9.403
01/2016	5.081	3.960	9.041
01/2017	4.263	3.954	8.217
01/2018	4.527	3.987	8.514
01/2019	4.334	4.031	8.365
01/2020	4.141	3.988	8.129
01/2021	4.841	3.986	8.827
01/2022	6.721	4.056	10.777
10/2022	8.394	4.015*	12.409

Fonte: SAGI/MDS

* O número de pessoas corresponde ao mês de junho de 2022

O crescimento no número de famílias beneficiadas pelo PBF, conforme pode ser observado na Tabela 04, especialmente a partir do ano de 2021 se deu em função do auxílio dos CRAS e da Secretarias de Assistência e Inclusão Social do município de Sant’Ana do Livramento – RS que contribuíram para as famílias realizarem seu cadastro no CadÚnico.

O aumento de pessoas e famílias assistidas pelo PBF e o aumento do valor repassado fez com que os valores repassados mensalmente (Tabela 05) para as pessoas no município de Sant’Ana do Livramento – RS, desse um salto, passando de R\$1.345.806,00 em janeiro de 2022 para R\$ 5.085.701,00 em outubro de 2022.

Os valores repassados através do PBF e do BP, variam de acordo com o número de beneficiários ou do valor repassado. Quando ocorre diminuição do número de beneficiários em ambos os programas, o valor repassado também diminui. Porém, quando se observa os valores também do BPC, o aumento que se tem no número de beneficiários em ambos os benefícios é notável que o crescimento é da mesma proporção. Cabe destacar ainda que o crescimento dos

valores referentes ao BPC sofre variação anual devido a variação do valor do salário mínimo. Já o valor repassado através do PBF varia de acordo com a variação do número de famílias ou do valor pago a cada um.

Tabela 05 – Valor total repassado mensalmente referente ao PBF e BPC no município de Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jan. 2022

Ano	Valor PBF	Valor BPC	Total PBF + BPC
2004	R\$54.360,00	R\$334.947,53	R\$389.307,53
2005	R\$158.622,00	R\$465.877,10	R\$624.499,10
2006	R\$275.487,00	R\$601.631,42	R\$877.118,42
2007	R\$372.556,00	R\$775.875,08	R\$1.148.431,08
2008	R\$444.454,00	R\$942.102,80	R\$1.386.556,80
2009	R\$490.582,00	R\$1.201.301,25	R\$1.691.883,25
2010	R\$623.331,00	R\$1.663.567,80	R\$2.286.898,80
2011	R\$654.725,00	R\$1.903.977,60	R\$2.558.702,60
2012	R\$797.570,00	R\$2.261.959,64	R\$3.059.529,64
2013	R\$926.226,00	R\$2.525.137,18	R\$3.451.363,18
2014	R\$861.766,00	R\$2.779.042,76	R\$3.640.808,76
2015	R\$773.059,00	R\$3.064.363,88	R\$3.837.422,88
2016	R\$664.353,00	R\$3.481.148,80	R\$4.145.501,80
2017	R\$579.971,00	R\$3.701.960,61	R\$4.281.931,61
2018	R\$659.227,00	R\$3.800.429,02	R\$4.459.656,02
2019	R\$700.716,00	R\$4.023.950,05	R\$4.724.666,05
2020	R\$702.727,00	R\$4.149.771,98	R\$4.852.498,98
2021	R\$858.594,00	R\$4.387.900,00	R\$5.246.494,00
2022	R\$1.345.806,00	R\$4.917.085,40	R\$6.262.891,40
10/2022	R\$ 5.085.701,00	R\$ 4.868.621,59*	R\$9.954.322,59

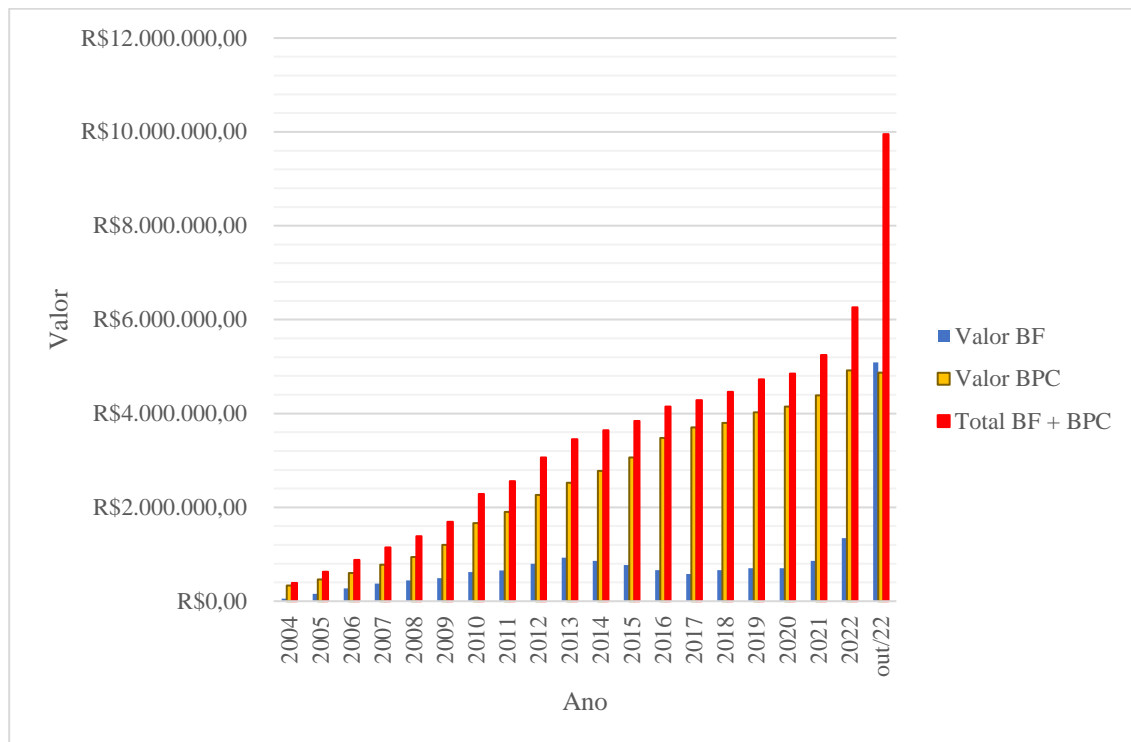
Fonte:

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano. O valor do BPC corresponde ao mês de junho de 2022.

Ainda ao analisar a Tabela 05, observa-se que o valor total repassado mensalmente referente ao PBF e BPC para as pessoas contempladas pelos programas no município de Sant’Ana do Livramento – RS, percebe-se que mesmo o PBF possuindo um número maior de beneficiários em relação ao BPC, os valores do PBF eram menores que os valores do BPC até janeiro de 2022. Isso ocorre em função do valor médio pago a cada família beneficiada pelo PBF ou a cada pessoa contemplada pelo BPC, pois o valor médio pelo BPC, até então, era superior ao do PBF.

No entanto, a partir de outubro de 2022, o valor pago por meio do PBF superou o valor do BPC pela primeira vez. E isso acontece porque no ano de 2022 o governo federal aumentou o valor do PBF/Auxílio Brasil para R\$600,00 e, para alguns casos o acréscimo do vale gás no valor de R\$112,00 onde muitas famílias passaram a receber R\$712,00, com isso a receita injetada na cidade através do PFB superou os valores dos pagamentos ao BPC.

Gráfico 07 – Evolução dos valores pagos mensalmente referente ao PBF e BPC em Sant’Ana do Livramento – RS, jan. 2004 a jan. 2022



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da SAGI/MDS

Nota: Os valores correspondem a janeiro de cada ano. O valor do PBF corresponde ao mês de outubro de 2022 e o valor do BPC ao mês de junho de 2022.

Quando vemos a correlação entre os valores do PBF e do BPC e o valor total pago no Gráfico 07, fica perceptível a diferença entre os dois programas de transferência de renda. Em número, o PBF não chega a R\$1.345.806,00 frente ao BPC que beira os R\$4.917.085,40 até jan/2022. No entanto, quando vemos os dados do PBF de out/2022 percebemos o grande aumento do valor que chegou ao valor de R\$ 5.085.701,00, enquanto o do BPC, em jun/2022, chegou a R\$ 4.868.621,59. Ao se avaliar o crescimento dos valores do PBF paga às famílias no município, ele teve um aumento de 277,89% nos últimos 2 anos.

Para se ter uma ideia do montante de recursos financeiros que chega ao município por meio destas duas políticas de transferência de renda, são cerca de R\$9.954.322,59 que, mensalmente, são injetados na economia do município através destas famílias contempladas pelos programas, impactando a renda dessas famílias garantindo as condições mínimas de sobrevivência e, ao mesmo tempo, aquecendo a economia local, posto que esses recursos financeiros são gastos no próprio município, fazendo girar o mercado da cidade.

5.3.4 A importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família (PBF) para a população de baixa renda do município de Sant’Ana do Livramento - RS.

Como apontado anteriormente, o BPC e o PBF são importantíssimos, seja para as famílias beneficiadas, pois repassa mensalmente, no período atual, um volume de recursos financeiros de cerca de 10 milhões de reais. Estes recursos são injetados na economia do município através destas famílias contempladas pelos dois programas. Estes recursos impactam positivamente na renda dessas famílias garantindo as condições mínimas de sobrevivência e cidadania e, ao mesmo tempo, aquece a economia local, pois estes recursos são gastos, na sua grande maioria, no próprio município, fazendo girar o comércio da cidade.

Além disso, alguns estudos realizados sobre a importância das políticas de transferência de renda, como o PBF e o BPC, apontam como positiva tais políticas públicas, embora com algumas ressalvas.

Milanez (2016), em *A Importância da Bolsa Família Sobre a Economia do Município de Antônio Gonçalves – BA*, afirma que o impacto do PBF é positivo, dado o fato de que os principais beneficiários estão na linha de pobreza, baixa escolaridade, desempregados e com insegurança alimentar. Neste sentido, os programas ajudam a amenizar as desigualdades na região, porém é visto como um problema já histórico e entranhado na sociedade, fazendo com que o repasse seja uma forma de diminuir a desigualdade, mas não resolve o problema de forma definitiva.

Maciel et.al (2022), em *A Influência do Programa Bolsa Família na frequência escolar: Uma comparação entre as áreas urbanas e rurais*, aponta que o PBF tem grande importância quando compara a diminuição da evasão de alunos do sistema educacional quando esses são beneficiários, uma vez que para a manutenção do benefício é importante que sempre seja alto o nível de frequência.

Segundo Pinto (2021), *OS VISÍVEIS E OS INVISÍVEIS DA FRONTEIRA: um estudo de caso de Segurança Alimentar e Nutricional*, mostra o nível de importância do PBF em Sant’Ana do Livramento, onde a alimentação não foi mais prejudicada por conta do benefício que ajudou as famílias que ficaram sem renda durante a Covid-19.

O Programa Bolsa Família, é de significativa relevância para as famílias e as pessoas beneficiadas, pois dão aos beneficiados possibilidades concretas de melhoria de condições de vida de parte significativa da população que não dispõe de qualquer renda. Ou seja, o papel mais efetivo do Programa Bolsa Família é o benefício em si, mesmo que insuficiente. Dado a

carências a que as famílias estão submetidas, é uma ajuda importante, mas deveria ser um valor maior para que de fato impactasse na vida destas famílias (OLIVEIRA,2012).

Estudos realizados por Souza *et al* (2019) do IPEA denominado: OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA E A DESIGUALDADE: UM BALANÇO DOS PRIMEIROS QUINZE ANOS, demonstra que o PBF é a mais progressiva transferência de renda feita pelo governo federal, pois cerca de 70% dos seus recursos chegam aos 20% mais pobres. Sua excelente focalização explica por que, apesar do seu pequeno orçamento (0,5% do produto interno bruto – PIB) e da sua limitada participação na renda das famílias da PNAD (0,7%), o programa tem um impacto tão relevante na redução da pobreza: suas transferências reduzem a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. Segundo os autores, o programa foi responsável por 10% da redução da desigualdade entre 2001 e 2015. Neste sentido, as conclusões dos autores apontam que a focalização do programa já é muito boa. No entanto, o principal limitador do seu impacto na pobreza não é o foco, mas sim o baixo valor das transferências.

Graças à grande cobertura e à boa focalização nos mais pobres, o PBF tem contribuído para a redução da pobreza e da pobreza extrema. Além disso, o PBF consegue fazer muito com poucos recursos. A análise das PNADs de 2001 a 2015 e das PNADs Contínuas de 2016 e 2017 demonstram que o programa é o benefício monetário mais bem focalizado no Brasil e, por esse motivo, o programa se tornou uma peça fundamental no sistema de proteção social brasileiro (SOUZA *et al*, 2019).

No que diz respeito ao BPC, Santos (2005), em pesquisa intitulada: *O Benefício de Prestação Continuada – BPC: as condições de vida dos usuários no município de Macau – RN*, afirma que o impacto do BPC é positivo. Isso porque a realidade das pessoas que são beneficiadas possui uma vida de tamanha precariedade no âmbito familiar, seja por pessoas com deficiências, as quais as impossibilitem de produzir uma renda mínima para a sua subsistência e para idosos em situação de total precariedade onde não se pode mais trabalhar e não possuem o tempo necessário para a aposentadoria.

Segundo Santos (2022), *BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): importância para as famílias de baixa renda contempladas pelo programa no município de Sant’Ana do livramento – RS*, pessoas com deficiência têm maior possibilidade de conseguir um atendimento de melhor qualidade quando o sistema exposto a uma dificuldade de atendimento necessita melhor os procedimentos no INSS da cidade.

Em pesquisa realizada por Dos Santos (2022) intitulada: *BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): importância para as famílias de baixa renda contempladas pelo*

programa no município de Sant’Ana do livramento – RS, a autora aborda que uma das causas mais consideráveis percebidas através de realização de entrevistas junto aos beneficiários do BPC diz respeito aos destinos dos recursos recebidos. Segundo a autora, todas as pessoas entrevistadas afirmaram gastar os recursos financeiros recebidos com o pagamento de contas de água e luz e na compra de comida e remédio, itens básicos de sobrevivência humana.

Segundo Dos Santos (2022), nas manifestações feitas a partir de entrevistas com os beneficiários, percebe-se que há muito o que melhorar em relação ao acesso de informações, bem como do que se trata de fato o benefício recebido. Além disso, a autora aponta que a maioria dos usuários da política de assistência social desconhece os critérios de elegibilidade deste benefício assistencial.

Dos Santos (2022), aponta ainda que as pessoas com deficiência que foram entrevistadas durante a pesquisa, confundem o benefício com o auxílio-doença. Também, segundo a autora, existem muitas dificuldades que os beneficiários enfrentam para ter acesso ou manter o benefício, pois muitas possuem dificuldade de locomoção, não têm acesso à internet, bem como encontram dificuldade para atualizar seu cadastro. Para superação desses obstáculos a autora aponta que se faz necessário a realização de campanhas de conscientização e divulgação a respeito desse direito constitucionalmente garantido pela Constituição de 1988. Ou seja, tais ações deveriam fortalecer a função protetiva dos beneficiados, evitando o rompimento dos vínculos afetivos e resguardando o benefício para eles.

Para finalizar, Dos Santos (2022) afirma que não resta dúvida de que o BPC garante as condições básicas de cidadania na vida dos beneficiários e, por esse motivo, se faz necessário o fortalecimento de ações por parte do município na articulação das políticas públicas, a fim de tornar o BPC conhecido pela sociedade local.

Portanto, fica claro a importância das políticas de transferência de renda para a população de baixa renda beneficiada pelos programas, bem como para o município de Sant’Ana do Livramento – RS. Com base nos dados analisados e em comparação com outros estudos realizados, tanto o PBF como o BPC são de extrema importância. Cabe destacar que os programas se tornaram ainda mais importantes durante a crise sanitária de Covid-19. Atualmente, são mais de 12 mil pessoas e/ou famílias beneficiadas pelos programas BPC e PBF, que por meio dos recursos que recebem garantem as condições mínimas de cidadania.

6. CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa foi possível refletir a respeito da importância do PBF e do BPC para as famílias de baixa renda, bem como para a economia do município de Sant' Ana do Livramento - RS. Buscou-se com o presente estudo contribuir para as ciências econômicas, através da análise dessas duas políticas públicas de transferência de renda, bem como fornecer para a sociedade e para o meio acadêmico informações relevantes obtidas através do levantamento e análise dos dados.

Começamos nossa abordagem abordando a importância das políticas de transferência de renda no Brasil, especialmente na atual conjuntura social e econômica do nosso país, agravada pela pandemia da Covid-19 que ceifaram a vida de cerca de 700 mil brasileiros e brasileiras. As políticas de transferência impactam diretamente as famílias que vivem e não conseguem superar sua situação de vulnerabilidade social.

Através da análise dos dados, constatou-se que este estudo trouxe algumas indagações importantes a respeito de diversas questões que envolvem o PBF e o BPC, propiciando reflexões capazes de fornecer sugestões de melhorias dos programas, e ao mesmo tempo criando novas indagações, que são fundamentais no que se refere à formação-construção de conhecimento.

Os resultados alcançados com a presente pesquisa demonstram a importância dos programas para garantia de cidadania para mais de 12 mil pessoas ou famílias do município de Sant'Ana do Livramento - RS. No entanto, cabe salientar que, mesmo dada sua importância, outras políticas são necessárias para que haja a superação da pobreza e, em especial da extrema pobreza da população atendida pelos programas. Ou seja, é primordial que os programas estejam associados a outras políticas estruturantes nas áreas, agindo de forma articulada para reduzir as fragilidades.

No que diz respeito às políticas públicas direcionadas aos requerentes do PBF e do BPC, demonstram que há muito para avançar, em especial no que se refere ao atendimento dos beneficiários e na divulgação dos programas, em especial do BPC. Como apontado por outras pesquisas já realizadas sobre o BPC, a percepção dos beneficiários sobre o programa é vista como imprescindível, pois, sem o benefício, a sobrevivência seria quase que impossível.

A elaboração dessa pesquisa foi um grande desafio, pois à medida em que se desenvolvia novos questionamentos e indagações emergiram relacionadas à temática apresentada sobre políticas públicas de transferência de renda. Neste sentido é que se aponta a necessidade de aprofundar o conhecimento até aqui adquirido e construído através da realização

de novos estudos, objetivando apontar novas alternativas para respaldar a população beneficiada pelo PBF e pelo BPC ou que pode vir a ser beneficiada, dada a importância monetária desses benefícios para a população pobre e extremamente pobre do município. Portanto, para concluir, afirma-se que o PBF e o BPC são uma fonte de renda fundamental para garantir a sobrevivência básica e, portanto, as condições mínimas de cidadania.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COHN, Amélia. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo**. 2020

COTTA, Tereza. **Visões de proteção social e transferências de renda condicionadas no Brasil e no México– Centro de Pesquisa e pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC**. 2009

DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, v. 72, n. 3, 2018.

Dos Santos, Camila de Aguiar. **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): IMPORTÂNCIA PARA AS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SANT’ANA DO LIVRAMENTO – RS**. 52 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)—Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2022.

FERRARIO, Marcela. **Análise do impacto dos programas de transferência de renda sobre as despesas familiares com o consumo**. 2013

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FRANÇA, Mariana. **Os Programas de Transferência de Renda no Brasil: Arcabouço histórico e desenvolvimento**. Maranhão – UFMA.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2001

GIL, Antônio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002

MACIEL, D; LAVORATTO, L; GUTIERREZ, C. Influência do Programa Bolsa Família na frequência escolar: Uma comparação entre áreas urbanas e rurais. **Escola, Família e Educação: pesquisas emergentes na formação do ser humano** - ISBN 978-65-5360-224-3 - Vol. 2 - Ano 2022 - Editora Científica Digital - www.editoracientifica.com.br

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Transferência de renda no Brasil**. 2007

MILANEZ, A.; SILVA, C. **A Importância do Bolsa Família Sobre a Economia do Município de Antônio Gonçalves – BA**. – 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis. Editora Vozes, 2002.

NOVACOSKI SILVA, N.; DUTRA SANTANNA, N.; SIMÕES PEREIRA, F.; BUNDE, A. **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): IMPORTÂNCIA PARA AS**

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) NO MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO-RS. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 2, n. 14, 23 nov. 2022.

OLIVEIRA, José Adilson da Silva de. **Importância do Programa Bolsa Família para as famílias de baixa renda da Região Nordeste.** 2012. 55 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza - CE, 2012.

PINTO, H. S. **Os Visíveis e os Invisíveis da Fronteira:** um estudo de caso de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Novembro 2021 (Texto para discussão nº 306). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 14 dez. 2021.

SANTOS, Deusa. **O Benefício de Prestação Continuada – BPC: As Condições de vida dos usuários no Município de Macau – RN.** 2005

SCHWARTZMAN, Simon. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda.** 2006

SOARES, F.; SOARES, S.; Medeiros, M.; Osório, R. **Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade.** 2006

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei Suarez Dillon. Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Rio de Janeiro; IPEA; 2019. 38 p. ilus., graf. (Texto para Discussão / IPEA, 2499).

SUPLICY, E. M.; Da renda mínima a renda básica no Brasil a evolução recente de um instrumento de combate à pobreza e à desigualdade. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, 2003